



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ • PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 01 de outubro de 2025

07 Páginas / Ano 9 / Edição nº 971



LEIS

LEI nº. 3082/2025

EMENTA: Institui a Prioridade de Atendimento em Saúde para Moradores da Zona Rural nas Unidades Básicas de Saúde da Zona Urbana do Município de Jaguaraiá e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Marcos Francisco Ribeiro

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica assegurada prioridade no atendimento nos serviços públicos de saúde localizados em unidades fixas do Município de Jaguaraiá aos moradores da zona rural que, para o deslocamento até as referidas unidades, utilizem transporte público coletivo, considerando as dificuldades específicas de acesso e a necessidade de garantir atenção adequada e oportuna a essa população. (Emenda Parlamentar nº. 16, de 12 de agosto de 2025).

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se morador da zona rural aquele que reside em área definida como rural pelo Plano Diretor Municipal e demais Legislações Municipais vigentes.

Art. 3º A prioridade de atendimento abrangerá, entre outros, os seguintes serviços prestados em unidades fixas: (Emenda Parlamentar nº. 16, de 12 de agosto de 2025).

- I. Consultas médicas e odontológicas;
- II. Programas de vacinação;
- III. Exames laboratoriais e de imagem;
- IV. Ações de atenção básica e preventiva;
- V. Atendimento em farmácias e dispensação de medicamentos.

Art. 4º O atendimento itinerante e in loco nas comunidades rurais, já previsto e realizado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, permanece como política pública complementar e prioritária, não sendo objeto desta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de

Saúde - SEMUS, deverá:

- I. Garantir a organização dos serviços nas unidades fixas para atendimento prioritário aos moradores da zona rural, com fluxos diferenciados que reduzam o tempo de espera;
- II. Estabelecer canais de comunicação e orientação para facilitar o acesso e o agendamento dos atendimentos prioritários;
- III. Manter e ampliar as ações itinerantes e atendimento in loco, em consonância com as necessidades locais.

§1º As unidades básicas de saúde localizadas na zona urbana deverão reservar, diariamente, ao menos uma vaga exclusiva para atendimento de moradores da zona rural que, por motivo justificado de dificuldade de transporte ou deslocamento, não consigam comparecer no horário previamente determinado para atendimento da consulta, garantindo-lhes o atendimento no mesmo dia, sempre que houver demanda.

§2º A comprovação da condição prevista no parágrafo anterior poderá ser feita mediante autodeclaração do usuário, e será regulamentada pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, que estabelecerá os procedimentos necessários.

Art. 6º O Poder Executivo deverá promover ampla divulgação desta Lei e do direito à prioridade de atendimento, utilizando-se de meios como:

- I. Comunicação visual nas unidades de saúde (cartazes, painéis informativos);
- II. Campanhas em rádios locais, redes sociais, jornais e outros veículos de comunicação de abrangência municipal;
- III. Disponibilização de material informativo impresso e digital em pontos estratégicos, como associações rurais, escolas, unidades de saúde e órgãos públicos;
- IV. Canais de atendimento presencial e remoto para esclarecimento de dúvidas e orientação sobre o acesso ao atendimento prioritário.

Art. 7º Esta Lei complementa as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitando as normas Federais e Estaduais, e busca reduzir as desigualdades no acesso à saúde entre as áreas urbana e rural do município.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, definindo os procedimentos para sua implementação, no prazo que julgar adequado.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 1º de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 1095/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 600.500,00 (seiscentos mil e quinhentos reais).

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 600.500,00 (seiscentos mil e quinhentos reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
2.002 Manutenção dos Serviços Administrativos do Gabinete
01 3.1.90.11.00.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 45.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMIC
2.030 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMIC
136 3.1.90.11.00.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 85.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.040 Manutenção dos Serviços de Administração da SEMEC
182 3.1.90.11.00.00.00.00 0104 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 300.000,00
191 3.3.90.36.00.00.00.00 0104 Auxílio Alimentação 10.000,00
2.055 Manutenção dos Serviços do Departamento de Cultura
248 3.1.90.11.00.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 10.500,00

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF
2.075 Manutenção dos Serv. Administrativos da SEDESMF
341 3.1.90.11.00.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 150.000,00

Artigo. 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
2.006 Organização das Comemorações do Aniversário do Município
15 3.3.90.39.00.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 100.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SEMIC
2.030 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMIC
144 3.3.90.39.00.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 30.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
1.007 Obras de Unidades Escolares da Educação Fundamental
180 4.4.90.51.00.00.00.00 0104 Obras e Instalações 50.000,00

2.040 Manutenção dos Serviços de Administração da SEMEC
184 3.1.90.16.00.00.00.00 0104 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 10.000,00
2.047 Manutenção da Educação Fundamental
208 3.3.90.43.00.00.00.00 0104 Subvenções Sociais 17.000,00

2.049 Manutenção do Transporte Escolar
211 3.3.90.36.00.00.00.00 0104 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 60.000,00
214 4.4.90.52.00.00.00.00 0104 Equipamentos e Material Permanente 9.000,00
1.006 Obras de Unidades Escolares da Educação Infantil
178 4.4.90.51.00.00.00.00 0104 Obras e Instalações 18.000,00

2.045 Manutenção da Educação Infantil
199 3.3.90.32.00.00.00.00 0104 Material, Bem ou Serviço para Dist. Gratuita 79.000,00
2.049 Manutenção do Transporte Escolar
216 3.1.90.11.00.00.00.00 0104 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 67.000,00

2.056 Eventos Culturais e Artísticos
262 3.3.90.39.00.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 10.500,00

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF
2.075 Manutenção dos Serv. Administrativos da SEDESMF
347 3.3.90.30.00.00.00.00 0000 Material de Consumo 150.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO nº. 1096/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 565.460,02 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e dois centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 565.460,02 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e dois centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
2.028 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
135 3.3.90.39.00.00.00.00 21072 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 336.038,20

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.046 Distribuição de Merenda - Educação Infantil
203 3.3.90.32.00.00.00.00 0104 Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita 100.000,00

2.047 Manutenção da Educação Fundamental
214 4.4.90.52.00.00.00.00 01153 Equipamento e Material Permanente 77.921,82
2.049 Manutenção do Transporte Escolar
221 3.3.90.30.00.00.00.00 01127 Material de Consumo 21.500,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
2.075 Manutenção dos Serv. Administrativos da SEMUS
272 3.1.90.07.00.00.00.00 0303 Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência 10.000,00
279 3.3.90.30.00.00.00.00 0303 Material de Consumo 20.000,00

Artigo. 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundo do superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2024.

Fonte Descrição Valor
1072 ITAIPU BINACIONAL - Programa Itaipú Mais que Energia 336.038,20

II. Oriundo de excesso de arrecadação das seguintes fontes:

Fonte Descrição Valor
1042 PNAEF - Merenda Escolar 100.000,00

III. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
2.047 Manutenção da Educação Fundamental
212 3.3.90.39.00.00.00.00 21153 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 77.921,82

2.049 Manutenção do Transporte Escolar
223 3.3.90.39.00.00.00.00 01127 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 21.500,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
1.010 Obras de Próprios Municipais da Saúde
265 4.4.90.51.00.00.00.00 0303 Obras e Instalações 20.000,00
2.075 Manutenção dos Serv. Administrativos da SEMUS
280 3.3.90.36.00.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 10.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO nº. 1097/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Sindicância para Averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob nº. 06977/2025 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogada a Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº. 06977/2025, que informa sobre fatos ocorridos no Hospital Municipal Carolina Lupion na data de 26/04/2023 com uma paciente parturiente, conforme consta no Processo Judicial nº. 0002694-72/2024.8.16.0100 que tramita no Juizado Especial da Fazenda Pública desta Comarca e IC MP/PR 0072400349-0 2ºPJ.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO nº. 1098/2025

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 13691/2025, do cargo em provimento efetivo de **COZINHEIRA/ MERENDEIRA**, nomeada que fora através do Decreto nº. 480/2024, a senhora **TAIZA MELLO DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.826-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.429-10.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 1º de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA

Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

HERCILIA TEIXEIRA DE MELLO

Secretário Municipal de Educação e Cultura

DECRETO nº. 1099/2025

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 13639/2025,

RESOLVE

Artigo 1º. REVOGAR a concessão de **Gratificação de Função FG 03**, a servidora com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, senhora **ALINE DALCIN SEGABINAZI**, matrícula nº. 7.971, concedida através do Decreto nº. 231/2025.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 1º de outubro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde



Processo Administrativo Disciplinar

Autos nº 3703/2025

Sindicância: Fatos ocorridos no Hospital Municipal Carolina Lupion na data de 25/11/2014

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

A sindicância foi instaurada aos 20 de março de dois mil e vinte e cinco, designada pelo Decreto 632/2025, para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº 3703/2025 que informa sobre, conforme OFÍCIO Nº 010/2025-CASA LAR, com descrição a seguir, página 11/12 dos autos:

Conforme já apresentado no relatório social juntado no mov. 1605.1 dos autos do processo judicial 0002019-17-2021.8,16.0100, ainda que o adolescente estivesse em quadro confirmado de uso de substância psicoativas e, consequentemente, de repetitivas evasões das dependências da Casa Lar, durante os atendimentos e encaminhamentos manteve-se colaborativo, não apresentando ameaças de qualquer natureza.

Na data de 25 de novembro de 2024, a então coordenadora da Casa Lar, Marietela Felix Carneiro, a assistente social, Laleska Provoda e a psicóloga, Aline Zemiczka, acompanharam toda a equipe da Unidade de Acolhimento Institucional em conjunto com a equipe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Quando localizada na casa de seu genitor, o adolescente foi direcionado para a internação no Hospital Carolina Lupion, sendo acompanhado pela equipe da Unidade de Acolhimento Institucional em conjunto com a equipe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Concluídos os trâmites de internação por volta das 17h30, o adolescente permaneceu hospitalizado e acompanhado somente pela coordenadora da Casa Lar, aguardando transferência para o Hospital San Julian em Piraquara/PR, agendada para o dia seguinte.

A coordenadora que acompanhava o adolescente presenciou o momento em que o adolescente do CREA5, Fábio, realizou visita no leito enquanto o adolescente dormia, ocasião em que aconteceu a contenção física do mesmo. Por conseguinte, diante da natureza da situação, o ocorrido foi relatado à equipe técnica e à coordenadora da CAPS.

Sendo assim, enquanto equipe técnica da Casa Lar, tivemos ciência do fato, mas não o presenciamos. As 08h de 26 de novembro de 2024, o adolescente foi transferido para o Hospital San Julian acompanhado pela coordenadora da Casa Lar na época dos fatos, Marietela Felix Carneiro.

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 017/2025 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva de onze testemunhas; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela improcedência da sindicância com as alegações finais que assistem a instrução processual como falta de elemento probatório suficientes comprovados para presença de ações de insubordinação ou em decorrência dos fatos em que assistem o menor [...].tratando do seu internamento ocorrido na data de 25/11/2024 ter sido ocasionado por tratamentos com desumanidade quando internado no hospital Municipal Carolina Lupion,

Nos presentes autos, o conjunto probatório dos depoimentos demonstraram que a presente denúncia que envolveu o adolescente [...]peia situação vivida no hospital pela suposta contenção mecânica denunciada, aconteceu indevidamente dito ocasionada pelo servidor Fábio, psicólogo do CREA5, não se consumou condições comprovadas com presença de insubordinação, maus-tratos ou negligência por parte do servidor psicólogo da rede.

Que a investigação revelou no Relatório Final apresentado pela Comissão Processante, qual passará a fazer parte na íntegra desse julgamento, que não assiste provas espontâneas e suficientes para confirmar os fatos descritos da expressa denúncia, sendo o ofício motivado com insuficiência de provas para consumação por insubordinação, maus-tratos ou negligência por parte de servidores e demais profissionais envolvidos no atendimento no dia do internamento do adolescente no Hospital Carolina Lupion,

O Relatório Final formulado pela Comissão, ensejou por diligências próprias e pelas informações prestadas pelas testemunhas, fundamentalmente dando sequência dos elementos relacionando aos atos de apoio para o internamento do adolescente para tratamento no hospital São Julian. Existindo uma interação completa na operação de buscar do adolescente que se encontrava em fuga, e do resgate a precaução efetiva da prevenção contra suas fugas.

Do conjunto probatório houve uma intervenção da equipe na operação efetiva pela ocorrência do comportamento irregular do adolescente, fortemente comprovado pelas suas fugas frequentes da Casa Lar e do seu histórico de resistência às ordens de permanência no local deixado,

As informações coletadas comprovam que o adolescente apresentava resistência em aceitar ordens e resistência a controles, que por decorrência houve várias vezes a evasão do adolescente do local da Casa Lar, casos de até pular o muro do estabelecimento, formas demonstradas que a equipe enfrentou com inúmeras dificuldades no manejo em controlar o adolescente no seu dia a dia, com evasões constantes acontecido a mais de quatro vezes no período de seis meses,

No entanto, são passagens comprovadas a apresentar o risco constante de fuga, o que levou a equipe a intensificar várias ocorrências em busca do adolescente evadido, até se chegar ao seu internamento no Hospital Municipal Carolina Lupion e posteriormente transferido ao Hospital San Julian para tratamento, reforçada pelas narrativas que todas as medidas tomadas, foram decorridas da persistência do adolescente quanto ao risco de fuga, cujo conduta e resistência eram agravadas da situação de vulnerabilidade que se justificam os fatos das ações de proteção e intervenção realizadas,

Portanto, baseando-se no relato, comprovam-se que o cometimento dos fatos foram todos decorridos pela situação do enfrentamento da vivência do adolescente com constantes oscilações de insegurança apresentado com riscos, sendo evidentes que todas as formas e práticas acontecidas para a proteção do adolescente seguiram a risca a prescrição médica formulada pelo plantonista, sendo denotada registrada no prontuário médico as ações evidenciadas pelo depoimento do médico plantonista acontecido até mesmo verbalmente, declarada que condiciona-se em muitas vezes essas autorizações serem realizadas de forma verbal pelos profissionais, muitas vezes deixado até de serem registrados no prontuário eletrônico, dito que a contenção física são considerados atos normais e comuns em ambientes hospitalares, sendo prática padrão em hospitais, considerados rotineiros as autorizações pelo médico responsável podendo acontecer verbalmente e não haver registro formal registrado em prontuário, acontecidos de formas rápidas para a garantia e segurança do paciente e de todos.

Com base nos depoimentos evidência-se que Sr. Fábio, psicólogo plantonista da rede de atendimentos, esteve no local do internamento do adolescente [...] com o objetivo de acompanhar o procedimento, garantir os direitos do adolescente e apoiar a equipe no episódio do internamento do adolescente que seria encaminhado para tratamento no hospital San Juan,

Certificam as provas que o psicólogo foi informado imediatamente sobre o internamento do paciente em relação a prescrição de contenção física, este conversou inicialmente com o médico do plantão Dr. André e sem tocar no paciente, conversou com as técnicas de enfermagem presentes. Ele também teve contato direto com o adolescente [...], ao qual o próprio adolescente revelou ameaças de indignação por estar internado, porém a retenção foi denotada com realização de forma leve, com ataduras nas mãos, que posteriormente foi removida pelo próprio paciente,

A presença do Sr. Fábio é justificada sendo realizada de forma adequada, por ser o psicólogo plantonista do caso no dia dos fatos, pelo qual o papel da responsabilidade no acompanhamento do caso linha o dever e a finalidade de averiguar e resguardar os direitos e o bem-estar do adolescente,

Em análise aos autos, verifica-se a instrução procedimental consistir de forma exauriente o equilíbrio entre a necessidade da preservação do direito e do bem estar do adolescente com a necessidade da preservação da integridade física e emocional, agindo com segurança os profissionais de saúde e terceiros presentes no atendimento do menor na unidade hospitalar.

Portanto, foi destacada com base nos relatos dos próprios depoimentos, sem apresentar prejuízos ou maus-tratos por parte da equipe, considerando que o adolescente apresentava a necessidade de proteção constantemente. Contudo, devido à situação de risco de fuga do menor, todas as ações realizadas foram tomadas de forma cautelosa, com a presença dos profissionais da saúde e terceiros envolvidos no caso, que justificam o uso das medidas de segurança temporárias seguidas a prescrição médica estabelecida,

Dessa forma, o uso das ataduras entrelaçado no braço do menor como mencionado pela técnica de enfermagem realizado de forma leve sendo desfeito por conta própria do paciente, não constituído de uma contenção física específica, condão do único objetivo da garantir a segurança do adolescente, porém não havendo comprovação de qualquer dano aparente ou de conduta que configurasse como excesso ou desumanização por parte da equipe em relação ao adolescente,

Portanto, a Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos. Além disso, se pronunciou por concluir a análise pela conjuntura de sua instrução probatória e documentos juntados nos autos, concordando com o relatório final apresentado pela Comissão Processante, que finalizou os trabalhos conclusivos mediante a improcedência de infrações disciplinares apresentado por servidores.

Portanto, concordando com o relatório apresentado pela Comissão Processante, assim, não havendo elementos que sustentem imputações de responsabilidade por atos de insubordinação ou maus-tratos, sendo importante ressaltar a presunção de inocência a garantida pelo princípio do devido processo legal, que não admite condenações sem provas concretas.

Da mesma forma, não há indícios de participação ou conduta negligente por parte da equipe em atendimento ao menor ou de qualquer outro profissional envolvido no internamento do adolescente [...], no Hospital Municipal Carolina Lupion.

Cabe pontuar que o Estatuto dos Servidores Públicos de Jaguaraiava – Lei Municipal nº 2.155/2010 – estabelece claramente os deveres e responsabilidades de cada servidor, que devem ser cumpridos com zelo e dedicação. Tal compromisso foi comprovadamente evidenciado pelos esforços de toda a equipe, que buscou a segurança e o bem-estar do adolescente, inclusive a tentativa de evitar suas fugas, culminando a transferência do mesmo com a ambulância do hospital municipal para o local do internamento para o seu tratamento.

3. JULGAMENTO

1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 170 da Lei nº 2155/2010 na sua íntegra, como fundamento pela inexistência de provas de ilícito administrativo apresentado.

2. APROVO o Parecer (jurídico), parte integrante desta decisão, que opina pela improcedência da presente sindicância para indicação de qualquer inflação funcional.

3. APRECIO improcedente o processo de sindicância pela inexistência de conduta indisciplinar, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatado pelas circunstâncias apontadas em que reza a Lei Municipal 2155/2010.

4. JULGO, tendo em vista as provas colhidas na presente sindicância não havendo elementos que sustentem a imputação de responsabilidade por atos de indisciplina, insubordinação ou maus-tratos de servidores, para todos os efeitos:

5. DETERMINO, a vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiava/PR, 19 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PROCESSO Nº. 15.934/2024

INVESTIGADO: FRANCISCO CARLOS DE MIRANDA

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo Decreto 585/2025, em desfavor de FRANCISCO CARLOS DE MIRANDA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de serviços gerais, sob matrícula 3.252, para apuração dos fatos informados no protocolo nº 15.934/2024, tendo em vista o conhecimento da presente denúncia dos fatos registrados do ofício nº 822/2024/SEARH.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em resposta consta no documento que o servidor possui inúmeras faltas ao trabalho, chegando a 41 (quarenta e uma) faltas no período de 12 (doze) meses.

Segue o depoimento do Sr. Paulo Cesar Tramontim de Souza:[...]

Segue o depoimento do Sra. Ana Flávia Rodrigues Michalowski:[...]

O investigado não compareceu ao interrogatório em que pese devidamente intimado em 21 de maio de 2025, pg. 35 dos autos.

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos. Além disso, se pronunciou por concluir a análise pela conjuntura de sua instrução probatória e documentos juntados nos autos, concordando com o relatório apresentado pela Comissão Processante, que finalizou os trabalhos conclusivos mediante a indicação do servidor, em razão da consumação dos fatos registrados onde houve inflação indisciplinar do servidor.

Das averiguações ficou constatado que o servidor teve 41 (quarenta e uma) faltas pelo dia todo e 22 (vinte e dois) faltas parciais no serviço (um turno), no período de 19 (dezenove) dias.

O Relatório Final ante a denúncia apresentada, buscou por diligências com levantamento dos registros da funcionalidade do servidor no seu dia a dia sendo verificado e comprovado no registro de ponto inúmeras faltas ao serviço; Assim, mesmo não caracterizado a inassiduidade habitual por não consumir por 60 faltas no período de 12 (doze) meses, ainda, percebe-se desidiosa do servidor em seu labor; porém nos documentos dos registros de pontos anteriores a 12 meses, constata-se das antecedentes inúmeras faltas alternadas.

As investigações apontam pelo conjunto probatório decorridas devido a inúmeros registros da desidiosa do servidor ao seu labor por constantes ausências ao serviço, visto a existência de dias registrados e de dias não registrados que consumam como faltas ao serviço.

Instrei também, o Processo Administrativo Disciplinar nº 11943/2017, que traz à baila a sentença tratada da suspensão do servidor por quinze dias por semelhanças equivalentes em razão de descumprimento do dever funcional sendo enquadrado no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiava, condicionado ao artigo 121, inciso I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

Por questões, o desalinho da função das quais tem incessantemente comprovado o comportamento do investigado com desleixo ao serviço, vem trazendo o declínio do desenvolvimento ao labor no dia a dia, apresentando consequências atribuídas às inúmeras ausências.

Sobre o processo administrativo disciplinar (PAD), sabe-se que é instrumento utilizado para apuração e punição de desvios funcionais cometidos por agentes públicos. É o que se extrai da obra de HELY LOPES MEIRELLES, atualizada por DÉLCIO BALESTERO ALEIXO e JOSÉ EMMANUEL BURLE FILHO:

"Processo administrativo disciplinar, também chamado de improprimento processo administrativo, é o meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração. Tal processo baseia-se na supremacia especial que o Estado mantém sobre todos aqueles que se vinculam a seus serviços ou atividades, definitiva ou transitoriamente, submetendo-se a sua disciplina. [...]

O processo disciplinar é sempre necessário para a imposição de pena de demissão ao funcionário estadual (CR, art. 41, § 1º). [...]. (In Direito Administrativo Brasileiro, 38. ed. atual. até EC 68/2011. São Paulo: Editora Malheiros, p. 761-762).

O princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição da República, representa a garantia inerente ao Estado Democrático de Direito de que ninguém será condenado sem que lhe seja assegurado o direito de defesa, bem como o de contraditório os fatos em relação aos quais está sendo investigado.

Sobre o tema, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO assegura que "em relação ao processo administrativo, o princípio do devido processo legal tem sentido claro: em todo processo administrativo devem ser respeitadas as normas legais que o regulam."(In Manual de direito administrativo. 25. ed. rev. ampl. e atual até a Lei n. 12.587/2012. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2012. p. 965)

Por esse princípio, nenhuma decisão gravosa a um determinado sujeito poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em lei.

Com efeito, por se tratar de uma garantia constitucional, não pode a Administração Pública violar aos ritos estabelecidos em lei tendendo a uma maior celeridade.

Pelos princípios da Ampla Defesa e Contraditório, pilares do devido processo legal disciplinados no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, ao acusado/iniciado é facultado durante todo o processo, a sua efetiva participação, possibilitando-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico.

No processo administrativo disciplinar, segundo JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

"O acusado pode atuar por si mesmo, elaborando a sua defesa e acompanhando o processo, ou fazer-se representar por advogado devidamente munido da respectiva procuração. A representação, portanto, constitui uma faculdade outorgada ao acusado, como já consagrou – corretamente a nosso ver – a mais autorizada doutrina. Não obstante, como garantia do princípio do contraditório, exige-se a presença de defensor dado no caso de estar o acusado em lugar incerto e não sabido, ou na hipótese de revelia. Fora dessas hipóteses, contudo, é dispensável a presença de advogado. [...]

Não obstante, outros aspectos cabem na ampla defesa e também são indissociáveis, como é o caso da produção de prova, do acompanhamento dos atos processuais, da vista do processo, da interposição de recursos e, afinal, de toda a intervenção que a parte entender necessária para provar suas alegações."(ob. cit. p. 966-967).

Voltando aos autos, não se vislumbra qualquer ilegalidade no processo administrativo disciplinar. Ao investigado foi garantido o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

A propósito, assim já decidiu os Tribunais de Justiça pátrios sobre questões semelhantes a este em voga, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. ASSISTENTE DE SAÚDE E DE AUXÍLIAR DE ENFERMAGEM. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUE CULMINOU NA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE DEMISSÃO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE, CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA NÃO OBSERVADA.



PORTARIA MUNICIPAL QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO, PRAZO DE 5 DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA ADMINISTRATIVA CONFORME A REGRA DO ARTIGO 127, § 2º E ARTIGO 134, AMBOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.245/1993, TEMPESTIVIDADE DA DEFESA NÃO VERIFICADA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO DESCRIBIDA NO CASO. SERVIDORA INVESTIGADA QUE SE ENCONTRAVA ASSISTIDA POR ADVOGADO DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO. VÍCIOS NA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO OBSERVADOS. IMPUTAÇÃO DE FALTA FUNCIONAL POR INASSIDUIDADE HABITUAL APURADO EM PROCEDIMENTO SUMÁRIO CONFORME O ARTIGO 127 DA LEI Nº 1.245/1993, ALLEGACÃO DE VÍCIOS NO RELATÓRIO FINAL NÃO CONSTATADA. PENALIDADE APLICADA QUE SE MOSTROU ADEQUADA NO CASO. FALTAS AO SERVIÇO QUE IMPLICARAM NA CARACTERIZAÇÃO DE INASSIDUIDADE HABITUAL. **CONDIÇÃO IRREGULAR QUE ACARRETA A PENALIDADE DE DEMISSÃO, ATO VINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AUSÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA.** SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

(TJ-PR 00025541320228160131 Pato Branco, Relator.: Lauri Caetano da Silva, Data de Julgamento: 14/02/2024, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 20/02/2024)

I – APELAÇÃO CÍVEL. II – SERVIDOR PÚBLICO. III – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO PARA REINTEGRAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO DAS PARCELAS VENCIDAS. IV – DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO (AUXILIAR DE SERVIÇOS - BRASÍAS) EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, SEXTENTA FALTAS INJUSTIFICADAS EM NOVE MESES, V ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE CITTIVA DE TESTEMUNHAS PARA COMPROVAR QUE AS FALTAS FORAM DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS. JUÍZ QUE É O DESTINATÁRIO DA PROVA, PODENDO NOS TERMOS DO ART. 370 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INDEBUIR AQUELAS QUE NÃO CONTRIBUÍRIAM PARA O DESLINDE DO FEITO, QUANDO AS DEMAIS SE MOSTRAM SUFICIENTES PARA A FORMAÇÃO DA SUA CONVICÇÃO, COMO NO CASO.VI – ALLEGACÃO DE INEXISTÊNCIA DE ANÍMUS ABANDONANDI. INCONGRUÊNCIA. **ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO QUE ESTABELECE QUE O ABANDONO DE CARGO POR INASSIDUIDADE HABITUAL, SE DA PELA INDICAÇÃO DOS DIAS DE FALTA AO SERVIÇO SEM CAUSA JUSTIFICADA, POR PERÍODO IGUAL OU SUPERIOR A SEXTENTA DIAS INTERPOSLAS, DURANTE O PERÍODO DE DOZE MESES. VII – FALTAS SEM APRESENTAÇÃO DE ATESTADO OU JUSTIFICATIVA. APELANTE QUE EM SUA DEFESA CONFESSA A EXISTÊNCIA DE FALTAS INJUSTIFICADAS. VIII - RECURSO NÃO PROVIDO**

(TJPR - 3ª Câmara Cível - 0008735-98.2020.8.16.0131 - Pato Branco - Rel.: DESEMBARGADOR JORGE DE OLIVEIRA VARGAS - 3, 09.05.2022) – grifos nossos,

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO - FALTA AO SERVIÇO POR PERÍODO SUPERIOR A TRINTA DIAS - PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - OBSERVAÇÃO DAS FORMALIDADES LEGAIS - RESPEITO AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA - MANUTENÇÃO DA PENALIDADE APLICADA - SENTENÇA MANTIDA.

- Em se tratando de processo administrativo disciplinar instaurado em face de servidor público, a atuação do Poder Judiciário fica limitada à análise da presença de eventuais vícios passíveis de anulação do procedimento, não podendo se imiscuir no mérito do ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

- Se o procedimento administrativo observou as formalidades legais e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tendo havido, inclusive, três tentativas frustradas de citação pessoal do servidor e uma citação por edital, além de nomeação de Defensor Dativo em seu favor, não há nulidade no processo para reintegração do servidor, que, aliás, não se desincumbiu de provar que apresentou administrativamente justificativa para as faltas ao serviço. - Recurso desprovido. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.12.040854-7/001, Relator (a): Des.(a) Luís Carlos Gambogi, 5a CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2019, publicação da súmula em 17/09/2019)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEITADA - SERVIDOR PÚBLICO - MUNICÍPIO DE UBERABA - REINTEGRAÇÃO AO CARGO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE E NULIDADE - ATO DEMISSÓRIO - SUBSUNÇÃO DO FATO A NORMA - LEGALIDADE - OBSERVAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS - INDENIZAÇÃO POR MOROSIDADE - DECORRENTE, não tendo sido demonstrada a necessidade e utilidade da prova para o deslinde da questão, inclusive sequer demonstrado o efetivo prejuízo e tampouco que a produção da prova oral seria capaz de influir no resultado do julgamento do feito, não há que se falar em cerceamento do direito de defesa. Se a penalidade de demissão para as transgressões praticadas pelo apelante se mostra consentânea ao ordenamento jurídico e não existindo qualquer prova de irregularidade, ilegalidade ou ofensa aos princípios do devido processo legal e do contraditório, suscitável de afastar a conclusão do PAD nº 011/7135/2015 e consequente ato demissório do servidor por meio do Decreto nº 2.442/2014 (R1542), impõe-se a manutenção da sentença que julgou improcedente o pedido de reintegração do autor ao cargo de motorista. Havendo previsão legal acerca do desconto de empréstimo consignado, a ser feito no saldo devedor existente, por ocasião do pagamento das verbas rescisórias, inviável o pleito de restituição desse valor. - Ausente a demonstração do ato ilícito ofensivo à honra e dignidade do autor, não há que se falar em indenização por dano moral.

(TJMG - Apelação Cível 1.0701.15.029562-7/002, Relator (a): Des.(a) Yeda Athias, 6a CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/01/2019, publicação da súmula em 01/02/2019)

Portanto, mediante os documentos são suficientes a confirmarem a construção da indisciplina do servidor, que do conjunto probatório, ficaram confirmadas as suas ausências ao serviço, prejudicando o regular andamento dos trabalhos perante o órgão público.

Do conjunto probatório ficou comprovado a construção da indisciplina do servidor, houve, portanto, descumprimento do dever funcional do servidor como aspecto de infração disciplinar a enquadrar no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiá, no artigo 121, inciso I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo c/c art. 122, inciso XV – proceder de forma desidiosa.

3. JULGAMENTO

1. **ACATO** o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 170 da Lei nº 2155/2010 na sua íntegra, como fundamento das provas existentes na conduta do servidor investigado;

2. **APROVO** o Parecer (jurídico), parte integrante desta decisão, que opina pela condenação do investigado, em seus aspectos formal e material;

3. **APRECIO** procedente o processo administrativo disciplinar, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias apontadas pelo conjunto probatório, em detrimento da Lei Municipal 2155/2010, pela existência de conduta desidiosa do servidor.

4. **JULGO**, tendo em vista as provas colhidas no presente processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor **FRANCISCO CARLOS DE MIRANDA**, matrícula 3.252, para todos os efeitos:

I. a **PENA DE DEMISSÃO**, por infração do art. 121, I e art. 122, XV da Lei municipal nº 2155/10, nos termos do art. 137, XIII do mesmo diploma legal;

5. **DETERMINO**, a vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiá/PR, 18 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL



SEARH

PORTARIA n.º 011/2025

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, Senhor ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA, no uso das atribuições concedidas pelo Decreto Municipal nº 21/2025, bem como art. 85 da Lei Municipal nº 2155/10:

RESOLVE

Artigo 1º - CONCEDER, a pedido, licença remunerada, aos servidores abaixo relacionados, com base no art. 85 da Lei Municipal nº 2155/10, referente aos meses de agosto e setembro de 2025.

NOME	MATRICULA	DIAS DE LICENÇA
JULIANE ANHIAIA	8188	02 DIAS A PARTIR DE 26/08/2025
PATRICIA ALVES DE SOUZA RODRIGUES	4089	02 DIAS A PARTIR DE 26/08/2025
LESSIANE CAROLINE BILCA	4048	27/08/2025
SILVANA ALVES	7601.2962	02 DIAS A PARTIR DE 27/08/2025
RENATO LUGATTI	6492	28/08/2025
CAMILA MOREIRA	3335	29/08/2025
EDILAINÉ ALVES BARRETO	4913	29/08/2025
ANA CAROLINA BELUM	8072	03 DIAS A PARTIR DE 01/09/2025
ANA CLAUDIA KRUL	3072	08 DIAS A PARTIR DE 01/09/2025
VERA APARECIDA ALVES ENES	3520	02/09/2025
MARIANA ARAJO COSTA	4009	02/09/2025
FLAVIA ALEXANDRA CARPINISSO DE FREITAS	5090	02/09/2025
AMANDA TRAMONTIM DE ARAUJO	5352	03 DIAS A PARTIR DE 03/09/2025
SALUTE DE CAMARGO	6591	04/09/2025
MARIA AUGUSTA RODRIGUES SILVEIRA	3859	05 DIAS A PARTIR DE 05/09/2025
ANA CAROLINE MULLER FERNANDES	4886	05 DIAS A PARTIR DE 08/09/2025
MARCELO ALVES DE SOUZA	5639	08/09/2025
ROSICLEIA FERREIRA BARRETO	3095	08/09/2025
EDSON LUIZ LEGATY	8179	09/09/2025
RUIHEIM GEFINI	5685	11/09/2025
JANICE TOMAZ DE MIRANDA PEDROSO	5710	02 DIAS A PARTIR DE 11/09/2025
IZABELLE FLORENTINO DE OLIVEIRA	6829	06 DIAS A PARTIR DE 11/09/2025
ALINE CANDIDA LIZIDRO	5031	07 DIAS A PARTIR DE 11/09/2025
THIAGO LUIZ POMERENSKY	3212	11/09/2025
JANE SARAIVA DUARTE	6678	11/09/2025
RENATA ELLEN MOITA DE LIMA COVALSKI	6777	15/09/2025
FABIA CRISTIANE CORREIA ARAKANDA	3800	16/09/2025
JOCELANE DA SILVA EVANGELISTA	909	17/09/2025
ROZILDA DA SILVA XAVIER SANTOS	4149	17/09/2025
JOVANA PINHEIRO DOS REIS	4311	02 DIAS A PARTIR DE 18/09/2025
CELIA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	5204	18/09/2025
JANE SARAIVA DUARTE	6678	19/09/2025
AMANDA MICHALOWSKI LABRES	5763	02 DIAS A PARTIR DE 22/09/2025
JANICE TOMAZ DE MIRANDA PEDROSO	5710	22/09/2025
DINAMARA DE ASSIS MACIEL SOARES	3546	22/09/2025
GILSON DE MELO TEIXEIRA	4143	02 DIAS A PARTIR DE 22/09/2025
SILVANA ALVES	2862.1.760	23/09/2025
JULIANE ANHIAIA	8188	23/09/2025
EDILINDAMIR ALVES FERREIRA	2945.6.614	29 DIAS A PARTIR DE 24/09/2025
SILVANA ALVES	2862.1.760	03 DIAS A PARTIR DE 24/09/2025
JANICE TOMAZ DE MIRANDA PEDROSO	5710	25/09/2025
EMANUEL CRISTIANO CORREIA	7993	25/09/2025
PAULA NATHALY RODRIGUES DE ARAUJO	8342	02 DIAS A PARTIR DE 25/09/2025
CAMILA SKAVINSKI	4261	15 DIAS A PARTIR DE 25/09/2025
AMANDA TRAMONTIM DE ARAUJO	5352	26/09/2025
MARILIA DE FRANCA	4349	02 DIAS A PARTIR DE 29/09/2025
PAULA NATHALY RODRIGUES CAMARGO	8342	07 DIAS A PARTIR DE 30/09/2025
ELISANGELA MILAN FOLHA	3291	30/09/2025

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2025.

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SEFIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRONICA Nº 39/2025

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) parques infantis completos destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino, para recreação e desenvolvimento psicomotor dos alunos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:30min do dia 06 de outubro de 2025, às 09h50min do dia 10 de outubro de 2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h51min às 09h59 do dia 10 de outubro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 10 de outubro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://bllcompras.com.br> ou através do link <http://portal.jaguaraiá.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>.

Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.

Jaguaraiá, 29 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO CONCURRENCIA Nº09/2025 = TÉCNICA E PREÇO =

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE PUBLICIDADE, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS, COM FIM ESPECÍFICO DE DIVULGAR AS AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: dia 25 de novembro de 2025, às 10:00 horas

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões e Licitações, 3º andar do endereço informado abaixo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do e-mail: comprasjag@gmail.com - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9458 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiá, 29 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO 1º TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2025
CONTRATADA: PAULO DURVAL MARTINS PEAIRO NETO
CNPJ: 06.931.210/0001-80

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto com justificativas no Pregão Eletrônico nº23/2025 exposto a plataforma da BLL de 22 de agosto de 2025 a desqualificação dos lances da participante inabilitada, que passarão a serem estes inseridos no presente contrato, condicionando a Clausula Quarta, a condição de pagamento dos valores no montante de **R\$157.300,00(Cento e cinquenta e sete mil e trezentos reais)** a somarem na estimativa do valor global contratual, bem como registrando os lances na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº68/2025.

1.2 Os recursos orçamentários para assegurar as obrigações contratuais, decorrerão da indicação contábil 071/2025, de fls. 66 do procedimento do pregão eletrônico 23/2025.

JAGUARAIÁ, 17 DE SETEMBRO DE 2025.

EXTRATO DE ADITIVO 6º TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2020 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.239/2020

CONTRATADA: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 05.928.200/0001-00

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL.

1.1 Em conformidade com a Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº.1239/2025, e com os artigos 57, inciso II e artigo 65, § 8º ambos da Lei nº8.666/93 e, ainda nos termos do processo/ano 1239/2025, adita-se o contrato principal para fins de prorrogar por 12(doze)mese a vigência contratual, com efeitos a partir de **03/09/2025** até **03/09/2026**, concedendo o reajuste pela inflação com índice do IPCA de 5,13%.

1.2 Valor anual do aditivo: **R\$153.089,92(Cento e cinquenta e três mil, oitenta e nove reais e noventa e dois centavos).**

JAGUARAIÁ, 26 DE SETEMBRO DE 2025.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 145/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM LAUDO PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL CAROLINA LUPION.

DATA DE ASSINATURA: 22/09/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 349/2025
CONTRATADA: MEDLAB TOMOGRAFIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA
CNPJ: 44.098.196/0001-74 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 577.999,00



SEMUS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARAIÁ – PR
COMSAUDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 14/2025

APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS
REFERENTE A RESOLUÇÃO SESA Nº105/2023 e Nº1353/2025

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAUDE) do Município de Jaguaraiá-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação do Plano de Aplicação de recursos realizada na reunião ordinária de 25/08/2025, referente à resolução SESA nº105/2023 que aprova a relação de municípios para o recebimento de equipamentos odontológicos e resolução SESA nº1353/2025 que inclui o mocho odontológico na relação dos equipamentos odontológicos.

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o recebimento de dois mochos odontológicos para as Unidades de Atenção Primária do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, nos termos da Resolução SESA 105/2023.

Artigo 2º - A presente aprovação foi realizada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária conforme Ata nº241 de 25/08/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguaraiá, 29 de setembro de 2025.

goub
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ - PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguaraiá



IPASPMJ

Contrato administrativo nº 01/2025. Objeto: serviço de avaliação de impacto atuarial em razão da criação da Guarda Civil Municipal e reequadramento do cargo de fiscal de tributos do município de Jaguaraiá. Valor contratado: R\$ 6.000,00. Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ – IPASPMJ, CNPJ nº 72.376.916/0001-51. Contratado: ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA LTDA, CNPJ nº 21.810.869/0001-71.

Credenciamento de médico para prestação de serviços na área de perícia médica – edital nº 01/2022 – chamamento público nº 01/2022 – publicação em 13/04/2022 no diário oficial eletrônico do Município de Jaguaraiá – resultado – empresa credenciada – CLÍNICA BRASIL MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, CNPJ 08.799.398/0001-80.



CÂMARA



ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

Demonstrativo das Diárias Concedidas

Página: 1 / 7
Data: 01/10/2025

Período: 01/09/2025 até 30/09/2025

Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA									
481	01/09/2025	919,98	175	ALENCAR ALVES DE MELLO	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ALENCAR ALVES DE MELLO, VEREADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADAO LITRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 01.09.2025 AS 18H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00 DO DIA 02.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 16H00 DO DIA 02.09.2025.	Curitiba	01/09/2025	02/09/2025	1,000
482	01/09/2025	613,32	176	FRANCILEI BAITALA DE OLIVEIRA	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR FRANCILEI BAITALA DE OLIVEIRA, VEREADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, VISITA AO DEPUTADO ESTADUAL MOAVYR FADEL, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA E AO MUNICIPIO, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 02.09.2025 AS 06H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 13H30, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 16H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	02/09/2025	02/09/2025	1,000
483	01/09/2025	383,33	177	BRUNO DIOVANI SCHIMIGEL	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR BRUNO DIOVANI SCHIMIGEL, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE ASSESSOR PARLAMENTAR, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, ACOMPANHAR O VEREADOR FRANCILEI EM VISITA AO DEPUTADO ESTADUAL MOACYR FADEL, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA E AO MUNICIPIO, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 02.09.2025 AS 06H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 13H30, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 16H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	02/09/2025	02/09/2025	1,000
484	05/09/2025	919,98	178	ALENCAR ALVES DE MELLO	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ALENCAR ALVES DE MELLO, VEREADOR, PARA	Curitiba	07/09/2025	08/09/2025	1,000

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: Fabricioziemer. Emissão: 01/10/2025, às 08:52:13. Protocolo: e11e4d15-6edc-431e-aaa2-4f50165a879a

Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
485	10/09/2025	919,98	179	ALENCAR ALVES DE MELLO	VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADAO LITRO, TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 07.09.2025 AS 19H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H00 DO DIA 08.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 18H00 DO DIA 08.09.2025.	Curitiba	14/09/2025	15/09/2025	1,000
486	10/09/2025	919,98	180	DIMAS ALBERTO FARIA CORREA	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR DIMAS ALBERTO FARIA CORREA, VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADAO LITRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 14.09.2025 AS 18H30, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00 DO DIA 15.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 16H00 DO DIA 15.09.2025.	Curitiba	10/09/2025	11/09/2025	1,000
487	10/09/2025	919,98	181	ALENCAR ALVES DE MELLO	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ALENCAR ALVES DE MELLO, VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADAO LITRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A	Curitiba	10/09/2025	11/09/2025	1,000

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: Fabricioziemer. Emissão: 01/10/2025, às 08:52:13. Protocolo: e11e4d15-6edc-431e-aaa2-4f50165a879a

Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
					VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 10.09.2025 AS 18H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00 DO DIA 11.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 17H00 DO DIA 11.09.2025.				
489	12/09/2025	599,49	182	FABRÍCIO ZIEMER DA CRUZ	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR FABRICIO ZIEMER DA CRUZ, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OFICIAL DE CONTROLE INTERNO, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA, PARTICIPAR DO CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRECCIONAIS, DA ESCOLA DE GESTAO DO PARANA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA AS 05H30 DA MANHA DO DIA 17.09.2025, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 17H30, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 21H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	17/09/2025	17/09/2025	1,000
490	12/09/2025	599,49	183	JULIANO CLARO PEREIRA	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR JULIANO CLARO PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE CONTADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA, PARTICIPAR DO CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRECCIONAIS, DA ESCOLA DE GESTAO DO PARANA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA AS 05H30 DA MANHA DO DIA 17.09.2025, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 17H30, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 21H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	17/09/2025	17/09/2025	1,000
491	12/09/2025	599,49	184	CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA, PARTICIPAR DO CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRECCIONAIS, DA ESCOLA DE GESTAO DO PARANA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA AS 05H30 DA MANHA DO DIA 17.09.2025, COM INICIO DO	Curitiba	17/09/2025	17/09/2025	1,000

Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
					COMPROMISSO AS 08H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 17H30, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 21H00 DO MESMO DIA.				
492	12/09/2025	599,49	185	MARIUZA DA SILVA	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHORA MARIUZA DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA, PARTICIPAR DO CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRECCIONAIS, DA ESCOLA DE GESTAO DO PARANA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA AS 05H30 DA MANHA DO DIA 17.09.2025, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 17H30, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 21H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	17/09/2025	17/09/2025	1,000
493	16/09/2025	613,32	186	DIMAS ALBERTO FARIA CORREA	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR DIMAS ALBERTO FARIA CORREA, VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADAO LITRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 16.09.2025 AS 09:30H, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 13H00 DO DIA 16.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 14H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 17H30 DO DIA 16.09.2025.	Curitiba	16/09/2025	16/09/2025	1,000
494	18/09/2025	613,32	187	ADILSON PASSOS FÉLIX	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR ADILSON PASSOS FELIX, VEREADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE IRATI -PRM PARA VISITA A CAMARA MUNICIPAL E PARTICIPACAO DE REUNIÃO DA ASCAMSUL COMO COMPONENTE DA MESA DIRETIVA, TRATANDO DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA E A COMUNIDADE, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 18.09.2025 AS 14H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 18H00, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 20H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 23H30 DO MESMO DIA.	Irati	18/09/2025	18/09/2025	1,000



Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
495	18/09/2025	536,66	188	ELI BARROS DOS SANTOS	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ELI BARROS DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE ASSESSOR PARLAMENTAR, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, PARA ACOMPANHAR O VEREADOR ALENCAR ALVES DE MELLO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADÃO LITRO, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 21.09.2025 AS 18H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00 DO DIA 22.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 16H00 DO DIA 22.09.2025.	Curitiba	21/09/2025	22/09/2025	1,000
496	18/09/2025	919,98	189	ALENCAR ALVES DE MELLO	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ALENCAR ALVES DE MELLO, VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADÃO LITRO, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 21.09.2025 AS 18H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00 DO DIA 22.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 16H00 DO DIA 22.09.2025.	Curitiba	21/09/2025	22/09/2025	1,000
497	18/09/2025	3.011,28	190	ELIZANDRO RODRIGUES DE MELLO	ATO DE CONCESSAO DE (400%) QUATROCENTOS POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ELIZANDRO RODRIGUES DE MELLO, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE CONTADOR, PARA VIAGEM A FOZ DO IGUAÇU - PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 23.09.2025 AS 03H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H00 DO DIA 23.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 12H00 DO DIA 27.09.2025, COM HORARIO DE RETORNO PROVAVEL AS 06H00 DO DIA 27.09.2025	Foz do Iguaçu	23/09/2025	27/09/2025	4,000
499	24/09/2025	613,32	191	ADILSON PASSOS FÉLIX	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR ADILSON PASSOS FELIX, VEREADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA - PR,	Ponta Grossa	25/09/2025	25/09/2025	1,000

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: Fabricioziemer. Emissão: 01/10/2025, às 08:52:13. Protocolo: e11e4d15-6edc-431e-aaa2-4f50165a879a

Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
					PARA VISITA AO GABINETE DA PRESIDENCIA DA CAMARA MUNICIPAL, TRATANDO DE ASSUNTOS RELEVANTES AO MUNICIPIO E A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 25.09.2025 AS 11H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 13H30, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 16H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 18H00 DO MESMO DIA.				
500	24/09/2025	919,98	192	ALENCAR ALVES DE MELLO	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA COM PERNOITE AO SENHOR ALENCAR ALVES DE MELLO, VEREADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ADÃO LITRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 24.09.2025 AS 18H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 08H00 DO DIA 25.09.2025, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 11H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 15H00 DO DIA 25.09.2025.	Curitiba	24/09/2025	25/09/2025	1,000
501	25/09/2025	613,32	193	REGINALDO FARIA BUENO	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR REGINALDO FARIA BUENO, VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, PARA VISITA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ALEXANDRE AMARO, TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTE A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 26.09.2025 AS 06H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 15H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 18H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	26/09/2025	26/09/2025	1,000
502	25/09/2025	613,32	194	DIMAS ALBERTO FARIA CORREA	ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR DIMAS ALBERTO FARIA CORREA, VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, PARA VISITA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL MARCELO RANGEL E NO ESCRITORIO DO DEPUTADO ESTADUAL ALEXANDRE AMARO, TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTE A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO	Curitiba	26/09/2025	26/09/2025	1,000

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: Fabricioziemer. Emissão: 01/10/2025, às 08:52:13. Protocolo: e11e4d15-6edc-431e-aaa2-4f50165a879a

Nº NE	Data Empenho	Valor	Nº Diária	Beneficiário	Finalidade	Destino	Data Saída	Data Retorno	Qtidade
503	25/09/2025	613,32	195	ALENCAR ALVES DE MELLO	ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 26.09.2025 AS 06H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 15H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 18H00 DO MESMO DIA.	Curitiba	26/09/2025	26/09/2025	1,000
Valor Entidade:					ATO DE CONCESSAO DE (100%) CEM POR CENTO DE UMA DIARIA SEM PERNOITE AO SENHOR ALENCAR ALVES DE MELLO, VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, PARA VISITA NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL MARCELO RANGEL E NO ESCRITORIO DO DEPUTADO ESTADUAL ALEXANDRE AMARO, TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTE A VEREANCA, COM UTILIZACAO DE VEICULO OFICIAL DO MUNICIPIO, SEM CUSTO ADICIONAL, COM SAIDA NO DIA 26.09.2025 AS 06H00, COM INICIO DO COMPROMISSO AS 10H00, COM PREVISAO DE TERMINO DO COMPROMISSO AS 15H00, COM HORARIO PROVAVEL DE RETORNO AS 18H00 DO MESMO DIA.				
Valor Total:									



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

